

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 116
Março – 2010

SUMÁRIO

- 3 **Reminiscência da Guerra Fria: Alexander Haig (02-12-1924 a 20-02-2010)**
Memories of the Cold War: Alexander Haig (December 2nd, 1924 – February 20th, 2010)
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES
- 7 **A acoplagem e a história de validade vencida nas relações internacionais**
Coupling and the history of the expired validity within the international relations
ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO
- 9 **A internacionalização empresarial e a paradiplomacia corporativa nas relações econômicas internacionais**
Business internationalization and corporative paradiplomacy in the international economic relations
ELÓI MARTINS SENHORAS
- 12 **China e África: a política de Pequim para o continente africano**
China and Africa: Beijing's policy toward to the African continent
JOÃO BOSCO MONTE
- 14 **Haiti: uma reconstrução em pedaços**
Haiti: a reconstruction in pieces
THIAGO GEHRE GALVÃO
RODRIGO DOS SANTOS MOTA
- 16 **A América dos 33: a proposta de criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)**
America of 33: a proposal for the Commonwealth of Latin American and Caribbean (CELAC)
PEDRO ERNESTO FAGUNDES
- 18 **O Brasil como mediador da paz no Oriente Médio**
Brazil intermediates peace in Middle East
ANDRÉ LUIZ REIS DA SILVA
BRUNA KUNRATH

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 116 – Março – 2010

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 *key words* em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (*blind review*). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato pdf, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Indexação

Os artigos publicados em *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais* estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Académica;
- Fuente Académica Premier;
- Academic Search Complete;
- Fonte Acadêmica;
- Informe Académico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (*blind review*), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2010 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

Reminiscência da Guerra Fria: Alexander Haig (02-12-1924 a 20-02-2010)

*Memories of the Cold War: Alexander Haig
(December 2nd, 1924 – February 20th, 2010)*

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES*

Meridiano 47 n. 116, mar. 2010 [p. 3 a 6]

Na história norte-americana, há poucos momentos em que militares, mesmo os muito condecorados, lançam-se à política partidária. Desde os 1800s, há um decrescer nas aspirações deste segmento e, portanto, nas chamadas pré-candidaturas.

No século XX, apenas um logrou o êxito maior: Dwight Eisenhower, um dos cinco oficiais-generais do Exército de cinco estrelas, com equivalência na prática a um marechalato, governou o país entre janeiro de 1953 e de 1961, ao ser eleito pelo Partido Republicano.

Não obstante a origem castrense, a sua administração encerrou a participação norte-americana na Guerra da Coreia, ao atribuí-la habilmente a uma equivocada iniciativa dos seus opositores internos, os democratas – oportunidade atualmente desperdiçada por estes no tocante ao Afeganistão e Iraque.

Entre as décadas de 70 e 80, um militar de alta patente destacou-se em duas gestões republicanas, Richard Nixon e Ronald Reagan, ainda que de forma polêmica. A sua participação no primeiro escalão da Casa Branca levou-o a mesmo cogitar a hipótese de lançar-se candidato à Presidência por duas vezes, porém desconsiderada após os primeiros passos infrutíferos.

Alexander Haig, oficial-general de quatro estrelas, não estaria destinado, a princípio, a uma carreira fulgurante no Exército, devido ao seu modesto desempenho ao longo do curso preparatório na Academia de West Point: 214º lugar de um total de 310 cadetes. No entanto, atingiria ao fim uma patente maior que a do o futuro sogro, general de três estrelas, e a do o cunhado, coronel.

Enviado em 1947 ao Japão, em decorrência do processo de ocupação do país pelos Estados Unidos, integrou a ajudância do General Alonzo Fox, adjunto de Douglas McArthur, Comandante Supremo das Forças Aliadas. Lá, enamorar-se-ia da filha de seu superior, Patricia, com quem acabaria por casar-se em 1950 – Fox iria compor a reserva apenas em 1959.

Participou da Guerra da Coreia sem sobressair, mas sem pessoalmente desgastar-se, não obstante a sua lotação junto ao polêmico General-de-Brigada Edward Mallory, considerado responsável por um dos maiores reveses de seu país no conflito. Em 1962, defendeu dissertação de mestrado em relações internacionais na prestigiosa universidade Georgetown. No mesmo período, o Comandante do Exército, Cyrus Vance, nomeou-o para o sua assessoria.

Logo depois, o próprio titular da pasta de Defesa, Robert McNamara, convidá-lo-ia para o seu gabinete na qualidade de número dois da assessoria especial. Na gestão de Lyndon Johnson, Haig retornaria à caserna, ao servir no conflito do Vietnã com distinção durante 1966 e 1967. Nele, obteve uma das mais almejadas condecorações: a Coração de Púrpura, concedida aos feridos em ação.

Com a vitória de Richard Nixon, Haig voltaria para uma função burocrática: a de auxiliar Henry Kissinger, na Assessoria de Segurança Nacional por meio de relatórios diários e atuar como oficial de ligação entre o Departamento de Defesa e o de Estado. Em 1969, ele chegaria ao generalato e ascenderia de modo inesperado na burocracia da Casa Branca, devido ao desdobramento do caso Watergate.

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (arraes@gmail.com).

Após a vitória na eleição presidencial de 1972, Richard Nixon preparou-se para reverter administrativamente programas sociais idealizados por dirigentes democratas entre os anos 30 e 60 – basicamente, Roosevelt e Johnson. Contudo, em junho do mesmo ano, cinco intrusos haviam sido presos no escritório central da Comissão Nacional Democrata, localizado em um centro comercial e residencial, Watergate, no centro da cidade.

Chamou de imediato a atenção da polícia que os detidos tivessem consigo notas novas de cem dólares, câmaras sofisticadas, rolos de filme e principalmente escutas. De pronto, suspeitou-se de uma conexão com o Partido Republicano.

Após os primeiros procedimentos de averiguação, identificou-se um deles como ex-servidor da Agência Central de Espionagem (CIA), envolvido também na campanha de reeleição de Nixon.

Apesar de todos indicativos, os republicanos negaram qualquer vínculo com os acusados. O incidente em si não prejudicou o processo eleitoral. Em 1973, houve o julgamento, momento em que todos sumariamente reconheceram a culpa, à exceção de um que havia narrado ao juiz o envolvimento da cúpula republicana com o incidente.

Considerado o depoimento crível, procedeu-se a uma nova investigação, a qual aos poucos agregou mais elementos da participação de importantes servidores da Casa Branca, como o próprio diretor do Departamento Federal de Investigação (FBI).

Paralelamente à apuração criminal, o Senado iniciou a sua própria. Em maio de 1973, o chefe de gabinete do presidente, Harry 'Bob' Haldeman, exonerou-se – mais tarde, ele seria condenado a dez meses de prisão.

Na assessoria de segurança nacional, Haig, a despeito de divergência de posicionamento com o seu superior Kissinger no tocante à Guerra do Vietnã e no estabelecimento de contatos com a China, conquistou a confiança de Nixon, a ponto de ter-lhe sido concedido algo raríssimo: a promoção direta a quatro estrelas, sem passagem por comando de destaque, ao sobrepor-se a mais de duas centenas de oficiais mais antigos.

Em face da ascensão funcional, retornou ao Departamento de Defesa, mas com a saída de Haldeman,

houve o seu deslocamento para a chefia de gabinete da Casa Branca, cargo que faria dele a eminência parca durante o desencadear da mais séria crise política da recente história estadunidense – segundo um dos procuradores vinculados à investigação ele teria sido o trigésimo sétimo presidente e meio.

Evidências de doações ilegais de grandes companhias para a campanha surgiram. A situação complicou-se quando o ex-advogado de Nixon foi ao Senado depor e afirmou que o presidente estava ciente de tudo desde o início. Durante o desenrolar do evento, Nixon buscou desacreditar perante o público a sua participação.

O imbróglio complicou-se quando testemunhas posteriores informaram que havia gravações secretas levadas a cabo na Casa Branca. Elas poderiam comprovar se o Presidente mentia ou não.

Quando o Senado requisitou-as, Nixon invocou o privilégio do Executivo, medida utilizada com o fito de preservar o sigilo de certas informações - relativas principalmente à segurança nacional - e, desta forma, resguardar altos funcionários do governo de eventual embaraço perante o Judiciário.

Com as denúncias avolumando-se – inclusive acusações de que ele teria fraudado o imposto de renda – Nixon concordou em nomear um procurador ad hoc, a fim de conduzir de maneira independente a apuração. No caso, escolheu-se Archibald Cox, professor da Faculdade de Direito de Harvard. Uma de suas primeiras providências foi a de solicitar as fitas cassetes.

Tendo em vista a recusa, recorrer-se-ia ao Judiciário que acatou o pleito. Em vez de cumpri-lo, Nixon pediu ao Procurador Geral a saída de Cox da investigação. Sem concordar com o pedimento, ele mesmo exonerar-se-ia. Em seguida, o seu adjunto. O outrora terceiro na hierarquia, no entanto, acolheria a súplica presidencial.

Ocorrida em outubro de 1973, a crise, chamada de o Massacre de Sábado à Noite, acentuou o desgaste, tendo em vista que, poucos dias antes, o Vice-Presidente Spiro Agnew havia renunciado e selado um acordo com a Procuradoria Geral: em troca da culpa de sonegação de impostos, ele recebeu uma multa e permaneceu em liberdade condicional – com a vacância, aplicou-se a vigésima quinta emenda, de

1967, que havia permitido ao Presidente nomear o Vice: o apontado seria o Deputado Gerald Ford.

Enquanto isso, Haig havia rapidamente constatado a impossibilidade de Nixon governar de modo normal; assim, buscou junto a terceiros – parlamentares republicanos e advogados do presidente – o apoio para que o Presidente fosse conscientizado da excepcionalidade de sua situação e, desta maneira, se ausentasse definitivamente da cena política, com o objetivo de aplacar a crise.

Em julho de 1974, Nixon finalmente reconheceu a impossibilidade de manter-se no cargo. Em agosto, haveria a sua renúncia; em troca, aguardar-se-ia o posterior perdão presidencial, por Gerald Ford, o que viria um mês depois.

Em vista de sua postura no processo de apuração das irregularidades de Nixon, Ford, dois meses após a sua posse, concedeu a Haig o posto de comandante-chefe da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Mesmo com a vitória de um democrata, Jimmy Carter, ele permaneceria no cargo. Ao retirar-se, ingressou na iniciativa privada e cogitou disputar as prévias presidenciais no Partido republicano, mas a aspiração foi celeremente posta de lado.

Com a derrota de Carter, Nixon pessoalmente interveio a favor de seu antigo chefe de gabinete para o seu retorno à Casa Branca, desta vez na condição de titular do Departamento de Estado.

A sabatina foi rigorosa, haja vista a tentativa dos democratas de desgastá-lo, por causa de sua participação de destaque no governo Nixon, e, indiretamente, constranger a nova administração. No entanto, ele seria ratificado no cargo com 93 votos.

Sua condução à frente do cargo em quase dezoito meses foi polêmica. Centralizador, ele desentendeu-se constantemente com seus pares sobre a melhor condução do país no cotidiano da Guerra Fria, especialmente com o Vice-Presidente George Bush. Autodenominado o ‘vigário’ da política externa, este irlandês-americano centrou forças na América Central, a fim de interromper o crescimento de movimentos nacionalistas ou socialistas naquela região. Para tanto, não hesitou em apoiar governos ditatoriais ou com laços com paramilitares. A invasão de Granada havia sido arquitetada em sua gestão.

Ademais, posicionou-se internamente a favor de um maior enrijecimento na relação com a União Soviética, com a conseqüente ampliação da corrida armamentista e com a manutenção do apoio aos insurgentes fundamentalistas no Afeganistão.

A desinteligência com os demais membros do primeiro escalão chegou ao seu máximo no final de março de 1981, ao proporcionar-lhe na história americana um registro importante, ainda que de curta duração e de caráter negativo. A sua postura causaria desconforto na Casa Branca, em vista do indisfarçável açodamento por poder.

Quando dos acirrados debates acerca da proposta de orçamento do governo, o Presidente Ronald Reagan foi baleado no peito por um lunático, apaixonado por uma jovem atriz cinematográfica. Ferido seriamente, o sucessor natural seria George Bush que se encontrava no Texas. A despeito de ser o quarto na linha sucessória, Haig comunicou ao país estar à frente da administração até a chegada daquele.

Em junho de 1982, Reagan, após reunir-se com a sua assessoria mais próxima, decidiu defenestrar Haig, mas ofertando a ele a opção prévia da apresentação da exoneração. Desgostoso, ele afirmaria mais tarde que a política externa daquele período havia sido conduzida como um navio fantasma, beneficiada involuntariamente pela decadência inexorável da União Soviética.

Em 1988, arriscou novamente a sorte nas prévias eleitorais. Sem traquejo e sem apoio financeiro, retirou-se logo no início, na primária de New Hampshire. Em sua curta participação, não hesitou, entretantes, em endereçar fortes críticas a seu rival, Bush, que terminou por conquistar a indicação do Partido Republicano.

Afastado definitivamente da militância partidária, ele tornar-se-ia comentarista político, com opiniões ressoantes nos setores mais conservadores da sociedade norte-americana.

Recebido em 08/03/2010
Aprovado em 12/03/2010

Resumo: o artigo biografava o General Alexander Haig, figura de destaque na gestão de Richard Nixon e

Ronald Reagan. Descreve a ambição do militar em ser ele mesmo Presidente dos Estados Unidos.

Abstract: the article is a biographical account of General Alexander Haig, a leading figure in the administration of Richard Nixon and of Ronald

Reagan. It describes his own ambitions to become President of the United States.

Palavras-chaves: Estados Unidos, Guerra Fria, Alexander Haig

Key words: United States, Cold War, Alexander Haig



A acoplagem e a história de validade vencida nas relações internacionais

Coupling and the history of the expired validity within the international relations

ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO*

Meridiano 47 n. 116, mar. 2010 [p. 7 a 8]

O código genético oriundo do relacionamento fora do casamento do rico com o pobre transmite à acoplagem uma feição teórica pouco ortodoxa, quase transgrecional. Todavia, caberá algum dia ao caráter quase bastardo desse paradigma a missão de justificar sua confessa imprecisão teórica, sua insuficiente sistematização e nebulosa composição conceitual. Verdade seja dita, com tantas desvantagens, a acoplagem sequer mostra apetite por síntese de critérios. Resiste com estofo econômico-sociológico suficiente para a necessária ossatura teórica que a agruparia ao estudo da teoria das relações internacionais raquítica por alimentar-se quase que só de políticas e de história de validades vencidas.

Particularidades dos mercados somadas à força dos vetores da cultura, da religião e do debate sobre identidades em nações avançadas e retardatárias prometem desafios normativos no exercício teórico do acoplamento. A interação madura – ao contrário da amputação promovida pelo racismo, pelo xenofobismo e pelo *apartheid* social que registram e vendem patentes de suas vítimas – impulsiona dinamicidade que a acoplagem secularizada guarda como vocação. Vida secular significa estar no mundo - *seculum* – de forma autônoma e livre. Já na vida regular, sob o império das regras e dos limites, nela o que se perde em autonomia e liberdade se ganha em segurança e garantias.

Numa antítese metafórica de Robin Hood, a acoplagem ao invés de roubar dos ricos tira dos pobres

e faz a abundância depender da escassez. Graças a isto, democratiza excessos de sorte e azar, certamente melhor que o mundo globalizado, prisioneiro de suas lealdades.

Ainda que demorem aceitar a acoplagem como um conceito, ela já merece pontuar no vocabulário das relações internacionais. As narrativas sociológicas bem como as econômicas, suas aliadas, jogam lado a lado. Causas e efeitos deste paradigma decifram encorpados simbolismos. Propagando ser o subdesenvolvimento mais sustentável que o desenvolvimento arquitetado pela modernidade, que os ricos também precisam dos pobres, o ensaio teórico nada absoluto da acoplagem se assume convergente. Fundido em linguagem metafórica de congruentes visões de mundo, seu pragmatismo não é circunstancial nem linear. Legitimando-se, apesar das ambivalências, esse exercício aposta suas energias na alteridade.

Tropeçando em premissas que deixou de evitar por convicção, se teoria ou não, o acoplamento nasceu senhor e senhora de várias dimensões de reflexão. Na sua identidade coletiva inexistem restos de mundo, nem norte e nem sul, mesmo porque, até onde se sabe, o firmamento não tem pé nem cabeça. Tudo que o processo de individualização enjeita para entrar na composição ou ser posto nos trilhos dos interesses da coletividade internacional, a falta de fineza retórica do sistema mundial os rotula de descartáveis; de improdutivos ou imprestáveis para serem explorados

* Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e professor visitante da Freie Universität Berlin – apoio da CAPES/MEC (procopio@unb.br).

na interdependência da modernidade. Países espoliados no passado e hoje esgotados para satisfazer as demandas do capitalismo rival de si mesmo não têm lugar na acoplagem. O Haiti, a Bolívia, a Albânia, o Burundi e Ruanda estão nesta lista da exclusão.

Com matriz político-histórica sujeita a conflitos interpretativos, caso o ciclo das altas tecnologias se esgote como aconteceu com os ciclos das especiarias nos séculos XVII e com o dos combustíveis sólidos no século XX, caberá ao acoplamento a releitura do conceito do descartável na comunidade das nações. Coisa comum da esquizofrenia do poder, o ter, o conquistar e o apoderar para usar e depois abandonar são prática da lógica da ambivalência dos interesses. Esta lista ressalta a ambigüidade dos consagrados dogmas das desigualdades revelados na teleologia dos altares das democracias.

Criando para trazer ao debate novos argumentos, a acoplagem testemunhou ser nenhuma fantasia da globalização. A destreza que lhe é inerente garante intervenções por um bom lugar na constelação das reflexões próprias da sociologia das relações internacionais.

Vislumbrando partes da infinita distância que a sociedade humana precisa percorrer para chegar ao fim da história, o texto oferece elementos reafirmadores da pluralidade e da transnacionalidade dos interesses globais.

Para sondar modelos reflexivos, nada melhor do que o uso dos interesses medidores da escalação das particularidades e das tendências redesenhadoras do novo perfil da comunidade das nações. Aliás, comunidade assumidamente desconhecadora do tempo que sobra para os estados nacionais se reformatarem caso não queiram sucumbir sob o peso de suas próprias contradições.

A busca da endogeneidade e o divórcio analítico com tudo que mal explica a ordem ontológica e a fenomenologia do espírito das relações internacionais

são os primeiros desideratos entre os tantos deste ensaio.

Numa antinomia mais parecida com um divisor de águas, o transnacionalismo acelera e o regionalismo freia a acoplagem. Distanciada das explicativas funcionalistas e estruturalistas, assim como das do realismo de duvidosa serventia na interpretação do futuro mundial, essa provocação fez advertências. Duvida das referências teóricas crescidas e amarradas em fronteiras geográficas; desconfia da sinceridade de atores e de dinâmicas históricas manipuladas por reduzido número de protagonistas, no mais das vezes uniformizados de Estados nacionais.

Apertados dentro dos limites onde giram os seus eixos temáticos, as interpretações viciadas no eurocentrismo e na epistemologia estadunidense dificilmente libertam-se de si mesmas. Liberadas cedo ou tarde da dependência dos equívocos, mesmo que não sintam, parte do destino destas interpretações, depende de mudanças paradigmáticas que, ao que parece, só a anarquia internacional impede tematizar.

Recebido em 14/03/2010

Aprovado em 18/03/2010

Resumo: o artigo trata da elaboração da teoria das relações internacionais no terceiro mundo. Desta forma, critica a dependência analítica no tocante ao eixo europeu.

Abstract: the article deals with the construction of an international relations theory in the third world. Thus, it provides critical approaches towards the analytical dependency from the European axis.

Palavras-chaves: teoria das relações internacionais; civilização; cultura

Key words: international relations theory; civilization; culture

A internacionalização empresarial e a paradiplomacia corporativa nas relações econômicas internacionais

Business internationalization and corporative paradiplomacy in the international economic relations

ELÓI MARTINS SENHORAS*

Meridiano 47 n. 116, mar. 2010 [p. 9 a 11]

O fenômeno da internacionalização empresarial tem sido uma tendência recorrente em distintas partes do globo, sem uma trajetória predefinida, que é advinda da formação de fluxos de exportação e de investimento externo no exterior por meio de redes de licenciamento e de empresas subsidiárias, de alianças estratégicas no exterior ou por processos de fusão e aquisição.

Em uma perspectiva histórica a atuação internacional das empresas transnacionais não se constitui em novidade nas relações econômicas internacionais, pois enquanto no passado atuavam de forma mais coordenada com os projetos de seus respectivos governos nacionais, estabelecendo uma maior relação de dependência entre ambos, hoje apenas se acelera uma lógica de negociação corporativa mais independente.

Nesta contextualização, durante décadas as empresas transnacionais tiveram relevância paradiplomática, contudo até os anos 1960, suas ações aconteciam de forma mais associada à própria diplomacia estatal. Foi somente a partir da década de 1960 que as empresas transnacionais passaram a negociar com maior autonomia no sistema internacional por meio de ações independentes ou paralelas conhecidas como paradiplomacia corporativa.

A maior importância do capital e da tecnologia no sistema capitalista contemporâneo elevou consideravelmente o poder de barganha das empresas multinacionais em comparação aos Estados,

principalmente em países em desenvolvimento, que passaram por uma recente onda de liberalização e desregulamentação das economias nacionais.

Este diagnóstico revela que se formou ao longo do tempo um cognitivo modelo de diplomacia triangular, onde estão presentes processos de negociação e barganha entre governo-governo, governo-empresas e empresas-empresas que exige novas qualificações dos gerentes e burocratas.

Além das tradicionais negociações diplomáticas entre Estados, surgem duas novas dimensões paradiplomáticas, indicando que os governos precisam negociar com as empresas multinacionais para articularem minimamente uma lógica de governança e que tanto as empresas estrangeiras e como as domésticas necessitam de alianças corporativas para enfrentar os desafios da economia mundial.

Neste quadro relacional entre o Estado e o Mercado, a evolução da internacionalização empresarial e da paradiplomacia corporativa não acontecem de maneira global ou sem fronteiras, mas antes se processam por estratégias de ação multilateral e regional nas relações econômicas internacionais, o que transforma as corporações em agentes multinacionais ou transnacionais.

O movimento paradiplomático de internacionalização empresarial pode ser compreendido por duas tendências gerais que se processaram na formação histórica do capitalismo por meio da convergência entre o processo *marxista* de concentração e cen-

* Professor do Departamento de Relações Internacionais e pesquisador do Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR (eloi@dri.ufrr.br).

tralização do capital e do processo *schumpteriano* de destruição-criadora engendrado pela inovação empresarial.

Nesta visualização geral da internacionalização empresarial (produtiva e financeira), a hibridação analítica marxista-schumpteriana permite mostrar elementos de natureza sistêmica (dinâmica capitalista) e variáveis específicas à propriedade (empresas) e a fatores locais (países) que modelam as estratégias de paradiplomacia corporativa.

Como em seus processos de expansão transnacional, as empresas passam a se posicionar efetivamente como atores nas relações internacionais, surgem ações estratégicas intituladas de diplomacia corporativa que se revestem de um conjunto de orientações, princípios, políticas e práticas para atuação em um complexo tabuleiro de negociações internacionais.

A paradiplomacia corporativa resume um conceito da complexa riqueza presente na experiência estratégica e em um conjunto de ferramentas utilizadas pelas empresas na atuação internacional frente a um ambiente de negócios que é fragmentado, volátil e de risco. Por isso, as estratégias de paradiplomacia empresarial apresentam uma alta variabilidade advinda de características setoriais e da própria empresa para o gerenciamento sistemático e profissional do ambiente de negócios.

Segundo esta perspectiva analítica, os processos de extroversão transnacional de empresas e a formação de estratégias de paradiplomacia corporativa têm sido uma verdade incontestável na periodização dos ciclos hegemônicos da formação histórica do capitalismo, desde os tempos coloniais do capital-mercantil, do imperialismo do capital-industrial ou de globalização do capital-financeiro.

A especificidade da internacionalização empresarial no ciclo hegemônico do capitalismo sob a *Pax Americana* é identificada por processos concentrados espacialmente e temporalmente que conformaram três grandes ondas de desenvolvimento de empresas multinacionais.

A primeira onda de empresas multinacionais foi observada através de movimentos entre países centrais, concentrada principalmente a partir da internacionalização de grandes empresas e bancos

norte-americanos, que se dirigiram logo após a II Guerra Mundial, para a Europa, beneficiadas pela contrapartida de indústrias estadunidenses registradas pelas normas de financiamento do Plano Marshall.

A segunda onda concentrada de internacionalização de empresas multinacionais desenvolveu-se em um curto período de tempo no sentido centro-periferia com a extroversão de uma série de empresas européias e americanas rumo à América Latina e Leste Asiático nas décadas de 1960 e 1970.

A terceira onda de internacionalização corporativa foi registrada a partir dos anos 1980, por meio da proliferação de Redes Internacionais de Produção Integrada (RIPIs) via estratégia de *outsourcing* com destinos múltiplos: centro-centro, centro-periferia, periferia-centro e periferia-periferia.

Neste contexto, as empresas multinacionais originárias de países centrais não mais são as únicas que concorrem entre si no mundo dos negócios, em função de existir um promissor movimento paralelo de empresas internacionalizadas originadas países emergentes. Existe um grupo de novas empresas multinacionais, que é formado por uma centena de empresas de diferentes setores e estágios de internacionalização que tanto faturam alto como crescem em uma velocidade espantosa.

Nesta terceira onda, a extroversão transnacional de empresas em distintas partes do globo, porém concentrada nos países identificados pela sigla BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), tem sido permeada por alguns padrões de gestão administrativa que se caracterizaram por processos de *integração vertical* definidos por estratégias de diversificação ou por processos de *integração horizontal* oriundos de estratégias de concentração.

De um lado, a ação paradiplomática de empresas por meio de estratégias de extroversão transnacional no âmbito regional e multilateral pode ser considerada como o resultado de uma ação estratégica de grupos empresariais privados para fortalecerem sua capacidade competitiva em um ambiente marcado pela crescente abertura de mercado.

De outro lado, a internacionalização empresarial é o reflexo de uma reorganização industrial propiciada pelas ondas de reforma do Estado e pelos programas

de privatização que se difundiram em muitos países por meio da transferência de propriedade de empresas estatais para grupos internacionais privados.

Nesta contextualização torna-se relevante a compreensão de que os principais instrumentos da paradiplomacia corporativa utilizados nestes processos tanto nas arenas intra-nacional e internacional têm sido compostos por coalizões empresariais, lobby e negociações direta com Estados ou entes sub-nacionais.

Um dos traços mais marcantes engendrados por estas duas lógicas de paradiplomacia corporativa é o processo de *desterritorialização* das atividades econômicas engendrado por corporações transnacionais que passam a desenvolver suas atividades com crescente ação paradiplomática de efeito transnacional em função da maior mobilidade dos fatores produtivos, em especial do capital, trazidos pelas transformações no campo da logística internacional e das tecnologias de informação e comunicação.

Não obstante o processo de desterritorialização das empresas multinacionais seja crescente, ele não acontece de maneira aleatória no globo, uma vez que a substituição de territórios para a alocação

das atividades produtivas acontece segundo uma lógica hierarquizada de eleição de outros lugares, preferencialmente seguindo uma tendência de regionalização transnacional, que tende a recriar padrões internacionais de re-territorialização.

Recebido em 28/03/2010

Aprovado em 30/03/2010

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o processo de internacionalização empresarial presente nas relações econômicas internacionais tomando como referência uma visão da paradiplomacia corporativa.

Abstract: This article aims to analyze the growing internationalization of businesses in the international economic relations taking for reference the study of corporate paradiplomacy.

Palavras-chave: empresa multinacional; internacionalização empresarial; paradiplomacia corporativa.

Key words: business internationalization; corporate paradiplomacy; multinational company.



China e África: a política de Pequim para o continente africano

China and Africa: Beijing's policy toward to the African continent

JOÃO BOSCO MONTE*

Meridiano 47 n. 116, mar. 2010 [p. 12 a 13]

Os prognósticos apocalípticos anunciados no ano passado pelos organismos internacionais de crédito, com respeito aos efeitos que a crise internacional causaria na África não se cumpriram. Tanto o FMI como o Banco Mundial prediziam com certa lógica que a paralisação do comércio mundial e dos créditos financeiros afetaria o continente.

O que se poderia esperar de um continente que apresenta a triste imagem do único continente onde os indicadores econômicos, sanitários e sociais se deterioram sistematicamente? Dos 49 países menos avançados no mundo, 34 são subsaarianos. Além disso, há de se considerar a crônica instabilidade política das cinco últimas décadas com um saldo de mais de sete milhões de mortos e mais de 10 milhões de refugiados fugindo de 32 conflitos armados. Para agravar o quadro, 70% das pessoas infectadas pela AIDS no mundo se encontram na África.

Apesar dos dados apresentados não serem sedutores, é possível identificar países que deliberadamente decidiram "apostar" no continente africano. O que se percebe é que a economia africana está se erguendo e em estado crescente. E foi precisamente à China que entendeu que vale à pena "remar contra a maré".

A penetração chinesa na África em busca de recursos naturais que consolidem seu grande crescimento deu um grande salto a partir de 2005, quando do nada desembarcaram no continente aproximadamente 1.000 empresas e centenas de milhares de trabalhadores.

Pode-se dizer que a crise econômica mundial dos dois últimos anos acelerou a conquista chinesa na África subsaariana. Aproveitando a falta de visão e iniciativa ocidental, onde as empresas se

colocam na defensiva e tratam de conter o gasto, Pequim disponibilizou mais de 60 bilhões de dólares em apenas seis meses para controlar o acesso a matérias primas e competir diretamente com grandes multinacionais como Exxon Mobil e Shell.

Dessa forma a China utiliza a crise para dar um grande salto para frente e deverá crescer este ano com uma taxa acima de 8%. O governo chinês tem claramente a intenção de fortalecer suas bases na África e assim, aumentar a sua produção de petróleo a nível mundial.

Pelo que se observa, a China pretende conquistar também os feudos ocidentais: em apenas seis meses adquiriu a petroleira suíça Addax Petroleum, que controla poços na Nigéria, Gabão e Camarões; Pequim apresentou um projeto para construir um oleoduto no Quênia, que permitirá extrair o petróleo do Sudão; adquiriu direitos sobre o petróleo e urânio em Níger; discute uma parceria com a britânica Tullow Oil para a exploração da bacia petrolífera descoberta no Lago Alberto, já em Uganda, iniciou novas explorações de cobre em Zâmbia.

Há, entretanto, duas apostas mais espetaculares para a China: obter permissão de exploração na Nigéria (o quinto fornecedor de petróleo dos Estados Unidos) controladas até agora por Shell, ExxonMobil e Chevron numa operação em torno de 30 bilhões de dólares. A outra cartada é Gana, onde Pequim tenta conseguir junto às autoridades locais um acordo que permita a exploração de uma grande bacia petrolífera pela estatal chinesa CNOOC.

É importante suscitar também que o déficit energético da China tende a acentuar-se ainda mais nos próximos anos, se mantido seu ritmo de crescimento. Ainda que sua principal fonte de

* Professor da Universidade de Fortaleza (boscomonte@yahoo.com.br).

energia seja o carvão, em apenas uma década, seu consumo de petróleo aumentou de 4,2 a 8 milhões de barris diários, transformando o gigante asiático no segundo consumidor mundial. E as estimativas são de que em 2015 serão necessários 11 milhões de barris diariamente para suprir as necessidades do país.

Atualmente, dos dez principais fornecedores de petróleo da China, quatro se encontram no continente africano: Angola (terceiro, atrás da Arábia Saudita e Iran), Sudão (6º), Congo-Brazzaville (8º) e Líbia (10º). Dessa forma, a África já contribui com quase 30% do petróleo importado pela China.

A nova fase do investimento chinês na África se integra numa onda global de aquisição de energia e recursos naturais e embora haja senões por parte de algumas nações, – especialmente os Estados Unidos –, de que os negócios feitos pela China muitas vezes são duvidosos, Pequim é um “sócio” realmente muito desejado por muitos países.

Em tempo: até o futebol passou a ser um motivo de interesse de investimento chinês na África. A empresa Yingli Green Energy, um dos maiores fabricantes mundial de placas solares, assinou um contrato com a FIFA, tornando-se o sétimo patrocinador do Mundial de Futebol na África do Sul.

Recebido em 28/02/2010

Aprovado em 03/03/2010

Resumo: O desenvolvimento do continente africano através dos investimentos da China na exploração de petróleo e outros recursos naturais.

Abstract: The development of the African continent through China's investment in oil exploitation and others natural resources

Palavras-chave: China; África; Petróleo

Key words: China; Africa; Oil



Haiti: uma reconstrução em pedaços

Haiti: a reconstruction in pieces

THIAGO GEHRE GALVÃO*
RODRIGO DOS SANTOS MOTA**

Meridiano 47 n. 116, mar. 2010 [p. 14 a 15]

No dia 10 de março de 2010 os presidentes René Preval e Barack Obama renovaram em Washington o compromisso da reconstrução haitiana. O terremoto que atingiu o Haiti não somente colocou o país no foco da política internacional como também demonstrou a complexidade que envolve as operações de ajuda humanitária, principalmente no que diz respeito à real proteção e salva-guarda dos direitos humanos. Passados dois meses da catástrofe algumas dúvidas persistem: qual o futuro da nação que já possuía o menor IDH do hemisfério ocidental, na medida em que o afã da comunidade internacional de reerguê-lo minguar? Como dissociar o processo de reconstrução e a ajuda humanitária internacional dos interesses de países e corporações internacionais? O objetivo deste artigo é, portanto, refletir sobre os desafios da reconstrução promovida pela comunidade internacional e a preservação de alicerces básicos como os direitos humanos.

O primeiro fragmento da reconstrução está no bloqueio dos vínculos entre passado e presente. O Haiti, a partir de sua história de colonização, espoliação e ocupação, tornou-se um desafio para a comunidade internacional e para a estabilidade do sistema interamericano. Na América colonial, a questão escravocrata e a luta contra ela caracterizaram o Haiti como o único território livre capaz de dar abrigo a refugiados e de receber rebeldes políticos; entre eles, o próprio Simon Bolívar, símbolo da luta unificada latino-americana; foi também o segundo povo a garantir sua emancipação política 28 anos após os Estados Unidos. Era uma afronta às grandes potências e à ordem colonial o

sucesso de uma república negra e mulçumana em pleno Caribe ocidental.

No entanto, boicotes internacionais e períodos políticos desastrosos (ao todo, somam-se 30 golpes de Estado) promoveram sismos internos tão marcantes quanto o terremoto de 2010. A comunidade internacional tendia a uma “banalização” do estado de miséria e pobreza extrema em que vivia o Haiti e os avanços foram lentos e quase inertes. A resposta veio em 2004 com a Missão da ONU de Estabilização do Haiti (Minustah), que antes do terremoto logrou controlar a violência local e respaldar o erguimento de instituições básicas; entretanto, enfrentou um contexto interno adverso de tentativa de golpe, negociações político-diplomáticas frágeis e desastres naturais devastadores.

O segundo fragmento é a tendência invariável de impelir o desenvolvimento de fora para dentro. Todos os esforços engendrados mediante campanhas e doações às vítimas do terremoto, contrastam com uma espécie de “aproveitamento” da tragédia em causa própria. A ajuda internacional era inevitável e veio em cadeia após a *faiblesse* da Missão da ONU, que contabilizou entre os mortos o tunisiano Hedi Annabi e o brasileiro Luiz Carlos da Costa, chefe e vice-chefe da Missão no Haiti. A pujança de homens e máquinas dos EUA, a presença europeia, da responsabilidade histórica da França com sua antiga colônia e do pragmatismo alemão; atuações pontuais de alguns países como Brasil, Japão e China, bem como iniciativas transnacionais, de grupos, indivíduos e ONGs.

Todavia, paira a dúvida de porque a ajuda tardou tanto a chegar ao Haiti? A inexistência de um poten-

* Professor de História das Relações Internacionais do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (thiago.gehre@gmail.com).

** Graduando em Línguas estrangeiras aplicadas às negociações internacionais na Universidade Estadual de Santa Cruz.

cial estratégico, seja em termos de recursos naturais, seja em termos de poder econômico, fragiliza a posição do país; além disso, a baixa integração do país ao sistema de comércio interamericano e mundial mina suas capacidades de acumular riqueza e de barganhar empréstimos internacionais; a atratividade haitiana é nula e o país beira à invisibilidade internacional, contando apenas com a gestão da ONU e da assistência emergencial em tempos de crise. Em síntese, os ditames da ajuda internacional para o Haiti persistirão contaminados pelo germe dos valores interessados.

O terceiro fragmento aponta os usos e abusos da militarização das esferas sociais e seus malefícios em casos como o haitiano. Países desenvolvidos se aventuram a restaurar países devastados para ampliar sua influência e poucos são os casos em que o que importa são os direitos vigentes ou novas garantias. Dessa forma, os direitos humanos têm servido de justificativa ideológica para intervenções armadas que interferem na soberania das nações, nas liberdades fundamentais dos povos e na capacidade de produção de uma cultura política autônoma. A bandeira dos direitos humanos tremula entre boas intenções e oportunismos velados. Assim, potências transformam a defesa de valores morais em uma disputa de poder respaldada num discurso pró-Direitos Humanos, enquanto usam tropas militares “em favor da paz” e justificam sua ação no desengajamento humanitária. Ao contrário, o acúmulo de tropas militares parece suscitar uma espécie de “estado de sítio”, quando o que se esperava era, tão-somente, socorro e a garantia do mínimo existencial aos haitianos.

A imprensa internacional noticiou seguidamente a conformação de um “Plano Marshall” de assistência ao Haiti, o que parece fragmentar em mais um pedaço a reconstrução haitiana. Três são os equívocos principais de se associar o Plano de Reconstrução do Haiti com a ideia de um “Plano Marshall” para o país caribenho: a) As especificidades históricas do Plano Marshall; b) A inviabilidade de um plano de reconstrução aos moldes do Plano Marshall; e c) A formação de uma imagem distorcida da reconstrução haitiana.

O soerguimento da Europa contou com investimentos norte-americanos que deveriam seguir somente para áreas com clara ameaça soviética, robustecendo a fronteira de defesa dos valores capitalistas. No Haiti, o contexto estratégico de outrora,

inexiste e alimenta as antigas frustrações do Brasil e de outros países sul-americanos esquecidos após a 2ª Guerra Mundial. Ademais, o Plano Marshall atendeu a um grupo seletivo de países que havia vivido intensamente as diferentes fases de evolução capitalista e que possuíam uma cultura organizacional, política e econômica, adaptada ao progresso e à modernização. O Haiti obviamente não possui essa capacidade! Enfim, a imagem de dominação pela recolonização se perpetuará ao longo do tempo e o Haiti permanecerá subdesenvolvido e atado a um eterno plano de reconstrução.

Entende-se que a reconstrução haitiana está esfacelada em pedaços e o país permanece nas sombras de seus próprios escombros. O fardo do passado colonial, de ocupação e de autonomia nula, se junta ao processo oportunista e (des) interessado da ajuda internacional, à militarização da intervenção humanitária e à reinvenção de planos de reconstrução de caráter opressor. Trata-se de uma Doutrina de Choque para garantir que a democracia e o capitalismo sejam preservados como paradigmas no mundo. O antídoto é a garantia das liberdades e a promoção dos direitos humanos como a mola propulsora da reorganização do Estado e da sociedade haitianos. Portanto, tão importante quanto a reconstrução infraestrutural do país, é a estabilidade política calcada na proteção dos direitos humanos.

Recebido em 14/03/2010

Aprovado em 16/03/2010

Resumo: O fantasma do passado colonial, juntamente com o oportunismo e o pragmatismo da ajuda humanitária internacional produzem ações desencontradas no processo de reconstrução do Haiti após o terremoto.

Abstract: The ghost of the colonial past, along with the opportunism and pragmatism of international humanitarian aid, produce disparate actions in the reconstruction of Haiti after the earthquake.

Palavras-chave: Haiti; História das Relações Internacionais; Política Internacional; Direitos Humanos

Key words: Haiti; History of International Relations; International Politics; Human Rights

A América dos 33: a proposta de criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

America of 33: a proposal for the Commonwealth of Latin American and Caribbean (CELAC)

PEDRO ERNESTO FAGUNDES*

Meridiano 47 n. 116, mar. 2010 [p. 16 a 17]

Em recente reunião do chamado Grupo do Rio Grupo do Rio (ou Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe), cúpula que desde 1986 reúne anualmente os chefes de Estado da região, apontou em sua última reunião para a criação de um novo organismo que seria composto exclusivamente por países da América Latina e Caribe. A materialização da proposta deve ser concretizada nas próximas reuniões previstas para Venezuela (2011) ou do Chile (2012).

A previsão inicial é que a nova organização denominada Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) venha congrega 33 países de todas as regiões da América Latina, inclusive Cuba. Em contrapartida, os Estados Unidos e o Canadá não participem desse novo organismo. Além disso, a Reunião dos chefes de Estado foi marcada por críticas a atuação da OEA (Organização dos Estados Americanos), sobretudo em relação ao silêncio da organização sobre a atual crise envolvendo a Argentina e a Inglaterra.

Entretanto, a postura vacilante da OEA em relação à Guerra das Malvinas, conflito que envolveu ingleses e argentinos, no início da década de 1980, é apenas mais um capítulo dos atritos entre os países latino-americanos e a organização. Historicamente a OEA esteve mais próxima da política externa dos EUA, haja vista que seu próprio surgimento ocorreu como um dos desdobramentos da reestruturação do sistema internacional depois da Segunda Guerra.

Dessa forma, no complexo cenário internacional pós Segunda Guerra Mundial ocorreu uma série de movimentos no sentido de estreitar as relações entre os países que direta ou indiretamente estiveram envolvidos nos conflitos entre 1939 e 1945. De uma formal

geral a saída passava pela superação das rivalidades e disputas regionais. Ainda abalados pelos excessos cometidos durante o conflito mundial, a comunidade internacional buscou afastar os fantasmas do nacionalismo beligerante.

Entre as décadas de 1940 e 1960 foi sendo edificado o moderno sistema internacional. Nessa época surgiram as propostas e idéias embrionárias que pouco depois seriam materializadas na prática a partir do surgimento de instituições como; a Organização das Nações Unidas (ONU), União Européia, Organização do Atlântico Norte (OTAN), entre outras.

Contudo, a Segunda Guerra não gerou apenas efeitos positivos. Isso porque, no âmbito da política internacional as décadas da segunda metade do século XX ficaram marcadas pela disputa entre os blocos capitalista e comunista. Essa dinâmica foi chamada de Guerra Fria. A disputa criou uma fratura entre os dois pólos antagônicos que refletiu em toda a estrutura do sistema internacional.

Na América Latina a chamada bipolaridade serviu para reafirmar a posição dos Estados Unidos como força hegemônica no continente. Essa situação passou a ficar mais evidente durante o governo do presidente Henry Trumam (1945-1953), a política externa chamada de Doutrina Trumam passou a monitorar todos os governos da região.

Buscando exatamente garantir o perfeito alinhamento dos países da região com as orientações de Washington foi criada, em 30 de abril de 1948, na cidade de Bogotá a Organização dos Estados Americanos (OEA). Na teoria a criação da OEA pode ser apontada como a inserção das Américas no moderno sistema internacional. (HERZ, 2008)

* Doutor em História Social pelo Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Professor do Centro Universitário São Camilo – ES (pefagundes@uol.com.br).

Seus propósitos primordiais seriam a busca pela paz e justiça no continente. Essa atuação seria desenvolvida através de ações de solidariedade, de colaboração e a defesa da soberania dos países americanos, bem como sua integridade territorial e independência, conforme dispõe os artigos 1º e 2º;

- a. *Garantir a paz e a segurança continentais;*
- b. *Promover e consolidar a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção;*
- c. *Prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre seus membros;*
- d. *Organizar a ação solidária destes em caso de agressão;*
- e. *Procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgirem entre os Estados membros;*
- f. *Promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural;*
- g. *Erradicar a pobreza crítica, que constitui um obstáculo ao pleno desenvolvimento democrático dos povos do Hemisfério; e*
- h. *Alcançar uma efetiva limitação de armamentos convencionais que permita dedicar a maior soma de recursos ao desenvolvimento econômico-social dos Estados membros”.*

Entretanto, na prática essa instituição que deveria ser multilateral foi empregada como mais um instrumento de defesa dos interesses norte-americanos. Em inúmeros episódios ao longo da Guerra Fria a OEA permaneceu inerte ou simplesmente apoiou sem restrições as manobras do governo dos EUA.

A posição da instituição foi pautada pelos ocupantes da Casa Branca, haja vista o silêncio da OEA quando dos golpes militares no Brasil (1964), no Chile (1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976), todos perfeitamente dentro da proposta de segurança coletiva e com o total apoio do governo norte-americano. (FICO, 2008).

Contudo, a organização assumiu outra postura em relação as disputas entre Cuba e EUA. Em 1962, a chamada “Crise dos Mísseis” deixou o planeta a beira de um conflito nuclear entre as duas superpotências. O definitivo alinhamento do governo de Havana com Moscou foi determinante para criar argumentos que

justificaram a expulsão de Cuba da OEA. Posteriormente, foi aprovado um bloqueio mais amplo ao país caribenho.

Nesse sentido, a proposta do multilateralismo que inspirou a fundação da OEA ficou quase sempre em segundo plano em relação as posições políticas e a vontade de cooperação do governo dos EUA, que durante a Guerra das Malvinas esteve ao lado dos ingleses, num claro desrespeito aos acordos continentais. (HERZ, 2008).

Ademais, a proposta de criação da CELAC – sem a presença norte-americana – apenas expõe o distanciamento da política externa dos EUA em relação a América Latina, situação que se acentuou na primeira década do presente século. Por outro lado, segundo a imprensa internacional, a liderança da nova organização poderia ser entregue ao presidente brasileiro Luis Ignácio Lula da Silva, como uma forma de reconhecimento da postura equilibrada do país nos debates regionais.

Referências bibliográficas

- FICO, Carlos. *O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- HERZ, Mônica. Carta da OEA (1948). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História da Paz: os tratados que desenharam o planeta.* São Paulo: Contexto, 2008.

Recebido em 06/03/2010
Aprovado em 10/03/2010

Resumo: Esse artigo analisa proposta de criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), organização que substituiria a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Abstract: This article examines proposal to create the Commonwealth of Latin American and Caribbean (CELAC), an organization that would replace the Organization of American States (OAS).

Palavras-chave: Instituições Multilaterais; Política Internacional; América Latina.

Keywords: Multilateral Institutions, International Politics, Latin America.

O Brasil como mediador da paz no Oriente Médio

Brazil intermediates peace in Middle East

ANDRÉ LUIZ REIS DA SILVA*
BRUNA KUNRATH**

Meridiano 47 n. 116, mar. 2010 [p. 18 a 20]

Historicamente, o Oriente Médio significou uma das áreas de baixa prioridade da diplomacia brasileira, embora tenha experimentado momentos de forte aproximação dos anos 1970 até o início dos anos 1990. Entretanto, desde o fim da Guerra Fria, a política externa brasileira para o Oriente Médio havia sofrido um recuo, que foi alterado somente na virada do milênio, articulada com a construção de um novo modelo de inserção internacional.

Neste contexto, seguindo a concepção de política externa concebida em 2003, o presidente Lula visitou o Oriente Médio entre os dias 14 e 17 de março de 2010, realizando as inéditas visitas aos Estados de Israel, Jordânia e à Cisjordânia, esta controlada pela Autoridade Nacional Palestina (ANP). Tais eventos fazem parte das diretrizes do governo Lula de estreitamento das relações diplomáticas com países de todos os continentes, que se pode chamar de concepção universalista, bem como da tentativa de inserção autônoma e soberana no sistema internacional, destacando a presença do Brasil no equilíbrio de poder global – como potência média – e a construção de um mundo multipolar.

A principal motivação das visitas de Lula aos países do Oriente Médio reside na esfera política. A diplomacia brasileira tenta lançar o país como um mediador do conflito entre Israel e Palestina, promovendo um papel ativo na busca pela intensificação do

diálogo de paz da região. Com isso, ganha visibilidade no cenário internacional, com a qual espera aumentar sua chance de disputar uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. Assim, uma aproximação que ao longo da década se deu mais no plano econômico, com o estreitamento do intercâmbio com os países da região, adquire uma ênfase mais política, percebida desde as visitas feitas ao Brasil pelos presidentes de Israel, Irã e ANP em dezembro de 2009.

A viagem da comitiva de Lula, que agrupou ministros e empresários, esteve em Israel em momento conturbado, dada a declaração do Estado israelense de que implantaria 1,6 mil assentamentos judaicos em Jerusalém Oriental, território palestino. A declaração causou forte desaprovação da comunidade internacional, até mesmo do principal aliado histórico de Israel, os EUA. Tal conjuntura, por outro lado, deu respaldo ao presidente Lula, que, além de declarar ao presidente israelense, Shimon Peres, que o diálogo de paz tinha que ser reiniciado, condenou os assentamentos judaicos, vistos como um atravancamento ao processo de pacificação da região.

A primeira visita de um presidente brasileiro a Israel é fundamental para a manutenção de boas relações diplomáticas entre o Brasil e este país, o qual possui claros atritos com o Irã. Em uma de suas ações que demonstram a autonomia do Brasil em relação à

* Professor Adjunto de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Pesquisador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais – Nerint da mesma universidade, com apoio da FAPERGS e do CNPq. (reisdasilva@hotmail.com).

** Graduanda de Relações Internacionais da da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Bolsista de IC/CNPq do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais – Nerint da mesma universidade. (brunakunrath@hotmail.com)

posição dos países centrais, principalmente dos EUA, o governo Lula recebeu o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, em dezembro do ano passado, apoiando sua pesquisa nuclear para fins pacíficos e dando certo respaldo à sua controvertida eleição. A passagem de Lula por Israel, que passou pela visita ao Museu do Holocausto, mostra o desacordo do Brasil com as declarações de Ahmadinejad de que o genocídio judeu não ocorreu. Assim, apesar de o chanceler israelense não ter recebido a comitiva brasileira, a visita de Lula foi positiva para estreitar as relações entre os dois países. Israel tem a intenção de destinar US\$ 1 bilhão para apoiar exportações e investimentos israelenses ao Brasil.

Seguindo para a Cisjordânia, o presidente Lula aumentou o teor de críticas às ações de Israel que prejudicam o entendimento com a Palestina. Em Ramallah, defendeu a necessidade urgente de se criar um Estado palestino independente. Além disso, criticou a ocupação israelense dos territórios palestinos, bem como o embargo imposto por Israel juntamente com os EUA, desde 2006, à Palestina. O presidente também se mostrou a favor da derrubada do muro israelense que perpassa Cisjordânia e Faixa de Gaza. Ainda, foi incentivado o diálogo entre as facções palestinas rivais, Fatah e Hamas, que respectivamente controlam Cisjordânia e Faixa de Gaza. Uma forma de ampliar o diálogo para a paz seria, justamente, ouvir as demandas de outras partes envolvidas na questão, como os dirigentes do Hamas – rotulado como grupo terrorista por Israel e EUA.

A última parada de Lula foi na Jordânia, onde o presidente analisou com rei Abdullah II meios para que as negociações pela paz sejam retomadas entre Israel e Palestina. Na ocasião da visita, o presidente brasileiro declarou que é necessário maior engajamento da ONU para a estabilização do Oriente Médio. Para Lula, a organização deveria se empenhar na pacificação da região, tanto quanto se engajou na criação do Estado de Israel. Nesse ínterim, levantou-se a bandeira da ampliação da representatividade dos órgãos das Nações Unidas, que seria o grande obstáculo para

sua maior eficácia e capacidade política.

Ainda na Jordânia, houve reunião das delegações dos dois países para o estreitamento das relações econômicas, principalmente nos setores de energias renováveis, indústria, água e agricultura e cooperação bilateral. Por fim, o presidente Lula enviou o chanceler Celso Amorim à Síria para que levasse um convite ao presidente Bashar Assad para visitar o Brasil, pois percebe-se o grande papel que a Síria representa no processo de paz da Terra Santa.

A visita do presidente Lula ao Oriente Médio foi positiva, na medida em que o diálogo com os países envolvidos no conflito entre Israel e Palestina foi possível, sendo o Brasil bem aceito como possível mediador dos diálogos de paz. O respaldo dado à iniciativa brasileira pela Jordânia, país diretamente envolvido no conflito, dada sua posição fronteiriça com a Terra Santa, é de vital importância para o sucesso dessa nova empreitada da política externa brasileira. O Oriente Médio representa um dos pontos fracos da ONU, principalmente de seu Conselho de Segurança, na medida em que esta não conseguiu dar fim aos conflitos na região em mais de sessenta anos. O Brasil encontra uma margem de manobra para se lançar como uma grande *player* no novo cenário multipolar, defendendo a solução de conflitos internacionais em esferas multilaterais, mas somente se estas garantirem uma maior participação dos países em desenvolvimento.

O Brasil, com sua declarada e historicamente observada disposição para resolver conflitos pelo diálogo, pode representar um elemento novo para a pacificação da Terra Santa. De fato, conciliando uma relação amistosa e autônoma com todos os países envolvidos, o Brasil pode ter uma atuação destacada como mediador em uma região saturada pela violência e pelas tentativas de solução militar. Assim, a atuação brasileira no Oriente Médio está articulada com as diretrizes que o governo Lula delineou em 2003: expandir as relações diplomáticas pelo mundo, buscando novas formas de cooperação, de forma a reduzir as vulnerabilidades externas, e lutando pela

ampliação do poder de influência brasileiro na política internacional.

Recebido em 22/03/2010

Aprovado em 24/03/2010

Resumo: Este artigo analisa a visita do presidente Luis Inácio Lula da Silva, realizada em março de 2010, a Israel, Jordânia e Cisjordânia.

Abstract: This article analyses the visit of Brazilian's president, Luis Inácio Lula da Silva, in March 2010, to Israel, Jordan and Cisjordan.

Palavras-chave: Política externa brasileira, Oriente Médio, Governo Lula

Key words: Brazilian foreign policy, Middle East, Lula's Government

